

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM



ATA N.º 18 | 2021/2025

Sessão Ordinária de 27 de dezembro de 2024

--- Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu, a Assembleia da União das Freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim, em sessão ordinária, no Salão Nobre do Edifício de Jovim, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

A – Período Antes da Intervenção do Público:

1 – Informação relativa à renúncia do cargo dos 1º e 2º secretários da Mesa da Assembleia;

1.1 – Eleição de novos elementos;

B – Intervenção do Público:

C – Período Antes da Ordem do Dia:

D – Período da Ordem do Dia:

1 - Discussão e Votação da ata da sessão ordinária (19.09.2024);

2 – Informação apresentada pelo Presidente sobre as atividades desenvolvidas;

3 – Apresentação, Discussão e Votação das Opções do Plano e do Orçamento para o ano 2025;

4 – Apresentação, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal para 2025;

5 – Apresentação, Discussão e Votação da 2ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão Orçamental);

1

--- Verificou-se a presença dos(as) Senhores(as) Deputados(as): Carla Alexandra Nogueira Pinto Ferreira; Pedro Miguel Soares da Silva; António Joaquim Magalhães Castro Silva; Manuel Fernando Martins Marques; José Luís da Silva Gonçalves de Oliveira; Ana Sofia Cardoso Bandeira; Luís Filipe Ramos Fernandes; Pedro Miguel dos Santos Ferreira; Daniel Filipe Torres Monteiro; Irina João Ribeiro de Azevedo Gonçalves; José Miguel Pereira Torres; Manuel Pinto Alves; Defensor de Oliveira Sousa; Maria Olinda Soares Moura; Pedro Leal Silva Bandeira; Maria de Lurdes Pinto; Albertina do Carmo Félix Miranda Ferreira; Carlos Eduardo Aranha e Costa; Vítor Manuel Moreira de Castro e Sara Cristina Oliveira dos Santos. -----

--- Verificou-se a ausência dos(as) Senhores(as) Deputados(as): Cátia Alexandra Rocha dos Santos Gregório (PPD/PSD); Raquel Susana Valente do Rêgo (PS); Sílvio Daniel da Silva Carvalho Monteiro (PS) e Marlene Sofia Sousa Santos (BE), tendo sido substituídos por António Joaquim Magalhães Castro Silva (PPD/PSD); Irina João Ribeiro de Azevedo Gonçalves (PS) que, por sua vez, substituiu a Deputada Patrícia Inês Costa da Silva (PS); Pedro Leal Silva Bandeira (PS) que substituiu a Deputada Patrícia de Almeida Brandão (PS) que, por conseguinte, substituiria o

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM



Deputado Rui Manuel de Castro Pereira (PS) e Sara Cristina Oliveira dos Santos (BE). Todos os deputados que solicitaram a sua substituição apresentaram justificação para o efeito. Alexandra Maria Lopes de Oliveira Mendes (CHEGA) também esteve ausente e não se fez substituir, tendo enviado justificação. A Presidente da Mesa verificou o termo de identidade e legitimidade do Deputado Pedro Leal Silva Bandeira (PS). -----

--- Confirmada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia iniciou saudando todos os presentes e declarou aberta a sessão. -----

--- Nos termos do nº 3 do Artigo 35º do Regimento desta Assembleia de Freguesia, e de forma a cumprir o estipulado na alínea t) do nº 1 do Artigo 20º do Regimento desta Assembleia de Freguesias, a Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia dos convites que lhe foram dirigidos desde a última sessão: -----

--- **A – Período Antes da Intervenção do Público** -----

--- **1 – Informação relativa à renúncia do cargo dos 1º e 2º secretários da Mesa da Assembleia;**

--- **1.1 – Eleição de novos elementos;** -----

--- A Senhora Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia de Freguesia que, no dia 11 de novembro de 2024, recebeu os pedidos de renúncia do Deputado Pedro Miguel Soares da Silva (PPD/PSD) do cargo de 1º Secretário e da Deputada Cátia Alexandra Rocha dos Santos Gregório (PPD/PSD) do cargo de 2ª Secretária, sendo que os mesmos pretendem manter o mandato como membros da AF conforme estipulado no nº 5, do artigo 18º, do Regimento desta Assembleia de Freguesia. Informou ainda que, caso da AF aceitasse a cessação voluntária dos cargos de secretários da mesa, haveria nova eleição realizada por voto secreto, uma vez que a Mesa da Assembleia foi eleita por lista no dia 14 de outubro de 2021. Não se tendo verificado qualquer oposição à renúncia, e de acordo com a alínea h), do nº 5, do artigo 17º, do Regimento da Assembleia de Freguesia, a Senhora Presidente deu a conhecer a única lista apresentada, sendo constituída por: Carla Pinto Ferreira (PS) – Presidente, Ana Sofia Cardoso Bandeira (PS) – 1ª Secretária e Daniel da Silva Carvalho Monteiro (PS) – 2º Secretário, a qual colocada a votação foi **aprovada com 9 (nove) votos a favor, 10 (dez) votos em branco e 1 voto contra.** -----

--- **B – Intervenção do Público:** -----

--- Pela Senhora Presidente da Mesa foram abertas as inscrições aos fregueses presentes para que pudessem usar da palavra, se assim entendessem e pretendessem. -----

--- Foi registada a inscrição do Sr. Óscar Rocha (Valbom). -----

--- O Sr. **Óscar Rocha** (Valbom) começou por questionar o Senhor Presidente do Executivo sobre o porquê das alterações da linha do Metro a passar em Valbom. Falou ainda sobre os semáforos da Fonte Pedrinha e da situação dos autocarros na freguesia. -----

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

--- Terminada a intervenção do freguês inscrito, foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões/interpelações feitas. -----

--- **Presidente do Executivo** – Após saudar todos os presentes, na pessoa da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, começou por dizer que é defensor do atual traçado da linha do Metro, afirmando que o anterior foi recusado devido ao impacto ambiental, os valores eram muito elevados e o número de pessoas que iria servir não é inferior à alternativa entretanto apresentada. Segundo o Presidente, a linha projetada servirá razoavelmente a população de Valbom, uma vez que servirá a zona da Lagoa, da Junta de Freguesia e da Arroteia. Relativamente à Fonte Pedrinha, as obras vão ser retomadas assim que o tempo o permitisse, acrescentando que, em relação aos autocarros, tem feito um grande esforço para alterar a situação e que o Sr. Óscar é conhecedor desse empenho. -----

-- C – Período Antes da Ordem do Dia -----

--- A Presidente da Mesa informou que neste período e, de acordo com o novo Regimento da Assembleia, passa a existir a seguinte limitação de tempo de intervenção: PS - 17 minutos; PPD/PSD – 13 minutos; CDU - 10 minutos; BE - 10 minutos; IL - 9 minutos e CDS/PP - 9 minutos. -----

--- Inscreveram-se os(as) Senhores(as) Deputados(as): Luís Fernandes (CDU); Olinda Moura (CDU); Manuel Pinto Alves (CDS/PP); António Silva (PPD/PSD); Vítor Castro (PS); Sofia Bandeira (PS) e José Luís Gonçalves (PPD/PSD). -----

--- **Luís Fernandes** (CDU) – Iniciou a sua intervenção colocando algumas questões ao Executivo, nomeadamente, em relação aos parques infantis com problemas de manutenção como o da Quinta do Passal que está inutilizado há um ano; o Parque Urbano de Gondomar que está há dois meses com dois equipamentos danificados, assim como o da Ribeira de Abade que tem um baloiço estragado. Quis saber ainda qual o projeto que está a ser pensado para o antigo edifício da Junta de Jovim, louvando o facto de as obras já terem começado e os brasões estarem a ser mantidos, assim como sublinhou que seria importante que fosse tornado público o projeto do passadiço de Gramido a Marecos para ser discutido e para o qual a população também terá algo a dizer. O Senhor Deputado questionou também sobre o abate de árvores na Praia de Marecos e sobre os estudos que foram feitos sobre o novo traçado da linha do metro para Valbom e que ninguém conhece, nomeadamente, em termos de impacto ambiental e quantas pessoas irão beneficiar com esta linha alternativa. -----

--- **Olinda Moura** (CDU) – Iniciou a sua intervenção, afirmando que o SNS está a ser severamente atacado pelo Governo, com os serviços de urgência a serem entregues aos grandes grupos privados, traduzindo-se em lucro para os privados e prejuízos para o Estado. Criticou ainda a Portaria, sublinhando que não é o acesso das grávidas aos serviços de urgência que provoca a rutura das equipas, acrescentando que a grande falha está na carência de cuidados primários. Entregou à Mesa o documento apresentado (Anexo 2). -----

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM



--- **Manuel Pinto Alves** (CDS/PP) – Começou por questionar a razão pela qual não é reativado o lavadouro da Rua do Toural, uma vez que é uma vontade da população; advertiu para a necessidade de ser pavimentada e iluminada a rotunda na Rua Padre Andrade e Silva, assim como lembrou a falta de saneamento na Rua das Lousas, em Jovim; a falta de limpeza das sarjetas na Rua 31 de Janeiro com a Rua António José de Almeida, bem como o pedaço de passeio que ainda não está feito e o estacionamento indevido que não permite que os bombeiros e as carrinhas do CTT circulem, tendo sugerido que fosse proibido estacionar em um dos lados. -----

--- **António Silva** (PPD/PSD) – Na sua breve intervenção, lamentou que em Jovim não existam obras, metro, manutenção ou investimento, sublinhando que seria necessário que o executivo olhasse para Jovim, porque os jovinenses também são fregueses da União. -----

--- **Vítor Castro** (PS) – Apresentou duas moções: **Moção Evocativa do Centenário de Mário Soares e Moção Multiplicar a Paz**. -----

--- **Sofia Bandeira** (PS) – Apresentou a moção **Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres**. -----

--- **José Luís Gonçalves** (PPD/PSD) – Começou por referir que quem vem do centro de Gondomar em direção a Jovim não encontra nenhuma placa a indicar o centro da freguesia. Em seguida, questionou o Executivo sobre qual o prazo para a conclusão das obras no antigo edifício da Junta de Jovim, assim como quando finalizam as obras na Rua Dr. Joaquim Manuel da Costa, em Valbom, nomeadamente, na reposição do sentido e quando serão conhecidas as artérias circundantes alternativas sobre as quais a CMG está a fazer um estudo. Fez saber ainda que tanto em Jovim, como em Valbom os horários dos autocarros continuam a não ser cumpridos, em particular, ao almoço e ao fim da tarde. Questionou também o Senhor Presidente da União das Freguesias se tinha conhecimento do teleférico que está a ser pensado para ligar Gaia a Gondomar e alertou para a ausência da Bandeira Nacional no Salão Nobre de Jovim. -----

--- Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados inscritos, foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões/interpelações feitas. -----

--- **Presidente do Executivo** – Em resposta ao Senhor Deputado Luís Fernandes, começou por dizer que os parques infantis são da competência da CMG, mas que tem conhecimento que um dos equipamentos do Parque Urbano de Gondomar virá da Dinamarca. Informou ainda que qualquer problema no parque infantil da Ribeira de Abade, os funcionários reportam à autarquia. Disse não ter conhecimento sobre qualquer anomalia no parque da Quinta do Passal. Sobre o projeto que estará a ser pensado para o edifício da antiga Junta de Jovim fez saber que não conhece, mas sendo um espaço relativamente pequeno, a solução poderá passar por torná-lo numa sala de convívio. Em relação aos projetos Gramido/Marecos e Metro comprometeu-se a pedir ao Presidente da CMG para que ambos possam ser apresentados publicamente. Quanto à Praia de Marecos, afirmou que foram

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM



podadas algumas árvores, mas não teve conhecimento de qualquer abate, uma vez que quem esteve no terreno foram os funcionários da União e da Câmara Municipal. -----

--- Respondendo ao Senhor Deputado Manuel Alves garantiu que não tem conhecimento do grande interesse das pessoas pela reabilitação do Lavadouro do Toural e que o projeto poderá custar algumas dezenas de milhares de euros, acrescentando que podem ser gastos cerca de 40 mil euros na reabilitação e, posteriormente, não ter quase nenhuma utilidade. Sublinhou, no entanto, que se a Assembleia de Freguesia decidir que o lavadouro deve ser reabilitado, o Executivo irá cumprir. Sobre a Rua das Lousas em Jovim e a falta de saneamento, fez saber que, infelizmente, 30 por cento do território está sem saneamento. No entanto, enquanto não for renovado o contrato com as Águas, não será fácil solucionar o problema. Em relação à Rua António José de Almeida, informou que irá sugerir à autarquia que seja proibido o estacionamento em um dos lados. -----

--- Respondendo ao Senhor Deputado António Silva disse que não concordava que Jovim estivesse esquecido, uma vez que, neste mandato, foram recuperadas algumas escolas, nomeadamente, do Outeiro e de Atães, tendo lembrado também o investimento realizado pela Câmara Municipal no campo do Ataense, onde mais de 200 jovens praticam desporto e a colocação de água canalizada na Rua da Rocha. -----

--- Respondendo ao Senhor Deputado José Luís Gonçalves admitiu que, em relação à rede UNIR, esta poderá ser melhorada, contudo sublinhou a existência de mais horários e que não são todos que não estão a ser cumpridos, acrescentando que, em Valbom, os moradores da Rua Luís de Camões passaram a estar mais bem servidos. Por último, tomou boa noite relativamente à questão das placas e da Bandeira Nacional. -----

-- Concluídas as intervenções, ainda antes de proceder à votação dos documentos apresentados no Período de Antes da Ordem do Dia, a Senhora Presidente da Mesa lamentou que as diretrizes que são estipuladas nas reuniões de líderes, nomeadamente, no envio de documentos para a AF, não sejam cumpridos, tendo em conta o documento apresentado pela Senhora Deputada Olinda Moura. Após esta intervenção, a Senhora Presidente procedeu à votação pela ordem de chegada dos documentos à Mesa. -----

--- **Voto de Protesto (IL) – Condenação pela não aplicação da lei nº 27/2023, de 4 de Julho, pela Autoridade Tributária**, o qual posto à votação, foi **aprovada por maioria**, com duas (2) abstenções do BE. -----

--- **Moção Evocativa do Centenário de Mário Soares (PS)**, a qual posta a votação, foi **aprovada por maioria**, com duas (2) abstenções da CDU e a **Moção** intitulada **“Multiplicar a Paz”**, a qual posta a votação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- **Moção (PS)**, intitulada **“Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres”**, a qual posta à votação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM



--- **Moção** (CDU), intitulada “**Quinto Centenário do nascimento de Luís de Camões**”, a qual posta à votação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- **D – Período da Ordem do Dia:** -----

– Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, deixo à consideração da AF nos termos do disposto no artigo 26.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro e do artigo 50.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, assim como do nº 2, do artigo 31º, do Regimento desta Assembleia de Freguesia, a inclusão de mais um ponto na Ordem do Dia, a pedido do Senhor Presidente do Executivo, visto a urgência: Delegação de competências nas Juntas de Freguesia – Contratos Interadministrativos. -----

--- Nesta altura, a Senhora Deputada Olinda Moura pediu para usar a palavra à Senhora Presidente da Mesa. -----

--- **Olinda Moura** (CDU) – Face ao exposto, propôs que este ponto fosse discutido numa próxima sessão, uma vez que o pedido do Senhor Presidente carece de uma análise de documentos que são complexos. -----

--- A Senhora Presidente da Mesa colocou o pedido a votação, tendo sido **rejeitado**, com dez (10) votos contra (5 PPD/PSD, 1 CDS/PP, 2 BE, 2 CDU); uma (1) abstenção (IL) e nove (9) votos a favor (PS). -----

--- **1 – Discussão e Votação da ata da sessão ordinária (19.09.2024);** -----

--- **VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade.** -----

--- Nos termos do nº 3, do Artigo 34º do Código de Procedimento Administrativo, não participaram na votação os(as) Senhores(as) Deputados(as) António Joaquim Magalhães Castro Silva (PPD/PSD); Daniel Filipe Torres Monteiro (PS); José Miguel Pereira Torres (PS); Manuel Pinto Alves (CDS/PP); Pedro Leal Silva Bandeira (PS) e Sara Cristina Oliveira dos Santos (BE), por não terem estado presentes na sessão. -----

--- **2 – Informação apresentada pelo Presidente do Executivo sobre as atividades desenvolvidas;** -----

--- **Carlos Costa** (IL) - Iniciou a sua intervenção dizendo que 2024 trouxe a novidade de o relatório apresentado estar mais completo, acrescentando que desta forma fica registado que existem ruas da União que, ao longo de ano, não viram uma vassoura, ao contrário de outras. Afirmou que a Iniciativa Liberal tinha proposto uma nova estratégia para a limpeza urbana, mas esta não foi tomada em consideração pelo executivo. -----

--- **Presidente do Executivo** – Respondendo ao Senhor Deputado Carlos Costa, informou que a limpeza incide sobre as ruas com maior circulação de pessoas e automóveis, mas existe um esforço em passar também por outras ruas que não têm tanto movimento, acrescentando que a intenção do executivo durante este mandato passará por alugar uma segunda máquina de limpeza, tendo em atenção os custos que daí possam advir. -----

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM



--- 3 – Apresentação, Discussão e Votação das Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2025;

--- **Pedro Ferreira** (BE) – Colocou várias questões ao executivo, tendo por base o proposto no documento: a requalificação das escolas será feita ainda no próximo ano, em especial, em Gondomar e Valbom? O que se entende por clima organizacional sustentável nas relações laborais? Não haverá outros locais de referência turística além do Monte Crasto e do Polis? Quais os edifícios devolutos que a União pretende restaurar? O que pretendem fazer em concreto na ETAR de Gramido? Que propostas tem a União para os animais de rua? -----

--- **Carlos Costa** (IL) – Iniciou a sua intervenção dizendo que o documento apresentado é um plano de intenções e que não traz nada de novo comparativamente com orçamentos anteriores, sublinhando os mais de 200 mil euros de despesas correntes em pessoal. Apesar do aumento de 30 mil euros em investimento, considerou que a verba é pouca, além de que será muito difícil para o executivo reivindicar obras para o território, atendendo a que está refém do poder central e autárquico. -----

--- **Olinda Moura** (CDU) – Começou por dizer que se trata de um documento no qual se constata que não existe nenhuma estratégia de gestão, apenas a necessidade de preencher rubricas. Sublinhou ainda a falta de rigor do documento, nomeadamente, na descrição do quadro geral de competências da União que inclui a alínea d) Gestão e manutenção corrente de feiras e mercados, mas que a União de Freguesias não tem esta competência. Abordou também a questão das despesas com pessoal que irá atingir os 70 por cento, o que significa que entra pouco dinheiro, porque o executivo não sabe gerar receita. Falou ainda de um conjunto de competências que nunca foram implementadas, nomeadamente, a alínea a) Acompanhar o plano de limpeza da zona ribeirinha no território desta União de Freguesias, afirmando que desconhece o plano, assim como a continuação de ações de formações junto da equipa da proteção civil local ou o rebaixar de passeios junto às passadeiras, uma vez que nenhuma desta informação foi disponibilizada pela União. Sustentou que o mesmo acontece em relação aos parques infantis cuja opção para 2025 é a construção do parque infantil e do parque de merendas junto à escolinha amarela, em Jovim. Apesar de ser uma opção, a verba que consta no orçamento (500€) não será suficiente, sendo que esta falta de entendimento e estratégia não faz avançar a União das Freguesias. Alertou ainda que não existe rubrica no orçamento para reabilitar os parques infantis e campos de jogos por forma a garantir a segurança de todas crianças, bem como a adaptação desses espaços para crianças com mobilidade reduzida, reforçando que no que concerne à continuidade da implementação do sistema de gestão do arquivo documental não tem sido dada qualquer informação sobre esta questão. A falta de estratégia revela-se também na falta de uma verba atribuída para o orçamento participativo, acrescentando que em todos os capítulos/áreas existem um conjunto de situações que não têm cabimento como, por exemplo, manter os critérios de atribuição de apoios ao movimento associativo. No entender da CDU, os critérios têm de ser

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM



discutidos com as associações e coletividades, porque os critérios podem já não se adequar e mantê-los é impedir o diálogo com as associações. Neste sentido, a CDU fez saber que iria votar contra o orçamento, porque continuam a existir rubricas como os Outros (40 mil euros no total) que são muito pouco claros, porque não sabemos para onde vão. -----

--- **José Luís Gonçalves** (PPD/PSD) – Sublinhou que o documento apresentado deveria abordar as opções estratégicas do Executivo, sendo consubstanciadas em determinadas iniciativas e só posteriormente deveria aparecer a lista de intenções. O documento não tem opções de plano, nomeadamente, para onde o Executivo quer levar esta União das Freguesias, questionando relativamente à reabilitação dos espaços para piqueniques e atividades ao ar livre quais são e onde ficam. Disse que continua igual a recolha seletiva de resíduos orgânicos nos cemitérios. De acordo com o Senhor Deputado, o documento contempla informação contraditória, nomeadamente, quando fala em acompanhar e analisar o desenvolvimento das áreas de reabilitação urbanas propostas ou exigir a correta operacionalização das ARU. Ou é uma questão ou outra, as duas não. Relativamente aos serviços, questionou a rotatividade das reuniões públicas, bem como o que de bom trazem os projetos europeus à comunidade e no que é que se traduz na prática. Referiu que o que assusta no orçamento apresentado são os custos com trabalhadores que tem aumentado de ano para ano e o investimento que a União das Freguesias faz para resolver o problema dos fregueses é cada vez menos. A terminar a sua intervenção, salientou que o documento apresentado espelha a falta de orientação do Executivo. -----

--- **Presidente do Executivo** - Respondendo ao Senhor Deputado ao Pedro Ferreira, explicou que o município se candidatou à qualificação da Escola Secundária de Valbom e que, apesar de ainda não ter sido contemplada, irá acontecer, acrescentando que as escolas da Lagoa e Ramalde estão a ser remodeladas, assim como a zona do Polis que sofre constantes vandalismos. Fez saber ainda que a União irá continuar a apoiar na limpeza do Monte Crasto, independentemente, de ser uma propriedade privada. Em relação aos animais de rua, afirmou que não existe nenhum projeto delineado e concordou que será necessário ser mais incisivo na questão dos edifícios devolutos. -----

--- Respondendo ao Senhor Deputado Carlos Aranha, afirmou que desde o início do ano foram feitos investimentos, nomeadamente, na aquisição de duas viaturas e nas obras realizadas no edifício de Valbom (20 mil euros), sublinhando ainda que a gestão tem sido criteriosa, mas que têm sido feitos outros investimentos em equipamentos e fardamento. -----

--- Respondendo à Senhora Deputada Olinda Moura, discordou sobre a falta de estratégia, sublinhando que as feiras e mercados não são uma competência da União e se tiver de optar não quererá essa competência. Apesar da informação não ser tão rigorosa como a pretendida, no que concerne ao rebaixamento dos passeios, bem como à gestão do arquivo concorda que os documentos têm de ser preservados, explicando ainda que a implementação do orçamento

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM



participativo está explanada indevidamente. Relativamente aos critérios de apoio às associações, fez saber que são feitos de acordo com as atividades apresentadas, uma vez que existem associações que são mais dinâmicas do que outras. -----

--- Respondendo ao Senhor Deputado de José Luís Gonçalves, afirmou que as opções apresentadas são as estratégias do Executivo e que têm sido muitas, nomeadamente, na limpeza urbana que tem vindo a melhorar. Sobre as reuniões do Executivo explicou que são rotativas e todos os meses acontecem nos três edifícios. Relativamente aos projetos, que transitaram do anterior executivo, a União tem procurado envolver as associações e escolas, acrescentando que os custos com pessoal, também é uma situação que preocupa o Executivo, mas que têm sido capazes de gerar algumas receitas. Sobre a diminuição das horas extraordinárias, explicou que foi com a admissão de algumas pessoas que as horas passaram a ser menos. Quanto ao valor apresentado para a assistência técnica é o reflexo da mudança da empresa de software que trará mais respostas e a possibilidade de servir melhor as pessoas.-----

--- Concluídas as intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, passou à votação. -----

--- O orçamento foi **rejeitado**, com onze (11) votos contra (5 PPD/PSD, 2 CDU, 2 BE, 1 CDS/PP e 1 IL) e 9 votos a favor (PS). -----

--- A CDU, a IL, o BE e o PPD/PSD, apresentaram declaração de voto. -----

--- **4 – Apresentação, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal para 2025;** -----

--- Inscreveram-se os(as) Senhores(as) Deputados(as): José Luís Gonçalves (PPD/PSD) e Olinda Moura (CDU) . -----

--- **José Luís Gonçalves** (PPD/PSD) – Começou por dizer que, se estava a ser pedido um aumento de pessoal, será porque o Executivo acha necessário, contudo tendo sido o orçamento reprovado, alertou para o facto de que não haverá dinheiro para o pagamento deste aumento caso o documento seja aprovado. -----

--- **Olinda Moura** (CDU) – Iniciou a sua intervenção fazendo referência a que o mapa de pessoal incide sobre o orçamento que não foi aprovado. Aproveitou para chamar a atenção para o facto de que o documento deveria esclarecer melhor o aumento de pessoas, nomeadamente, trazer mais informação sobre as carreiras/categorias. Sublinhou ainda que a CDU não afirma que a União tem muitos trabalhadores, uma vez que o território é grande e, mesmo quando aborda o valor atribuído, a dúvida reside na incapacidade que a União das Freguesias tem em gerar receita para cobrir esta despesa. A posição da CDU não será a de impedir a implementação do quadro de pessoal, por isso, irá abster-se. -----

--- **Presidente do Executivo** – Em resposta aos Deputados esclareceu que a aprovação do quadro de pessoal, não significa que será preenchido no imediato, acrescentando que serão abertos concursos durante o ano de 2025 e existirão alguns trabalhadores que vão ser requalificados nas suas

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

carreiras/categorias. Informou também que a União das Freguesias tem 10 trabalhadores em regime de emprego apoiado e que a intenção será a de aumentar para 12, porém será necessário trazer um novo orçamento à AF, porque não será fácil trabalhar em duodécimos.-----

--- Concluídas as intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, passou à votação. -----

--- O mapa de pessoal para 2025 foi **aprovado**, com nove (9) votos a favor (PS), dez (10) abstenções (5 PPD/PSD; 1 CDS/PP; 2 CDU e 2 BE e um (1) voto contra da IL. -----

--- **5 – Apresentação, Discussão e Votação da 2ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão Orçamental);** -----

--- **José Luís Gonçalves** (PPD/PSD) – Quis perceber porque é que a União optou por levar este incremento da receita para a rubrica em que a colocou e em que vão investir em concreto. -----

--- **Olinda Moura** (CDU) – Afirmou que a CDU se iria abster, mas solicitou uma clarificação em relação à forma como foi incluído na despesa. -----

--- **Presidente do Executivo** – Começou por afirmar que 2024 foi um ano excecional ao nível das receitas e que o documento só foi trazido à AF, porque está a impedir o Executivo de fazer alguns pagamentos, porque não existem rubricas orçamentais para cabimentar esses pagamentos. Se o documento for aprovado os pagamentos ainda serão feitos em 2024, caso não o seja só eram feitos em 2025. Além disso, foram feitos alguns investimentos no edifício de Valbom e outros no novo armazém, onde será alocado algum desse investimento. -----

--- Concluídas as intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, passou à votação. -----

--- **Aprovada**, com nove (9) votos a favor (PS). -----

--- A CDU apresentou declaração de voto. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, foi lida a minuta da ata, que colocada a votação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- A sessão foi encerrada eram zero horas e trinta minutos. -----

10

A PRESIDENTE DA MESA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



A SEGUNDA-SECRETÁRIA





①

Voto de Protesto – Condenação pela não aplicação da Lei n.º 27/2023, de 4 de Julho, pela Autoridade Tributária

Considerando que:

Em 2023 decorreu um processo legislativo participado e agregador em torno de uma proposta levada a cabo pela Iniciativa Liberal e que produziu a Lei n.º 27/2023, de 4 de Julho ([Lei n.º 27/2023, de 4 de julho | DR \(diariodarepublica.pt\)](#)), que tem como objetivo concreto a redução de multas de milhares de euros que surgem de infrações, muitas delas involuntárias, de centimos.

Esta lei prevê travar um peso desproporcional de multas que foram multiplicadas por coimas e juros, até patamares de milhares de euros e que muitas vezes se traduzem em penhoras e na ruína de muitas famílias.

A Autoridade Tributária teve cerca de um ano desde a publicação da lei até à data da entrada em vigor, no passado dia 1 de Julho de 2024; ou seja, passaram mais de 3 meses da entrada em vigor e a lei continua a não ser aplicada. Esta situação levou inclusive à criação de uma petição pública ([Pela aplicação da Lei n.º 27/2023 sobre a Redução de Multas de Portagens : Petição Pública \(peticaopublica.com\)](#)) que conta até à data com mais de 2.300 assinaturas.

O Poder Local não pode ficar indiferente a esta injustiça com impacto nos nossos fregueses, pelo que Deputado da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim da Iniciativa Liberal propõe que **a Assembleia de Freguesia, na sua reunião de 27 de Dezembro de 2024, tome uma posição pública sobre esta matéria:**

- 1. Repudiar e condenar a Autoridade Tributária que continua a não aplicar a Lei n.º 27/2023, de 4 de julho.**



PARTIDO SOCIALISTA

2

Quadriénio 2021-2025

Moção

Moção evocativa do centenário de Mário Soares

Um homem livre que lutou pela liberdade em Portugal

No passado dia 7 de dezembro de 2024, Mário Soares faria 100 anos. Deste modo os deputados do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim reunida em sessão ordinária vêm evocar neste Centenário do nascimento de Mário Soares a enorme Admiração e o Respeito pelo homem e pelo seu legado. Comemorar a data do seu nascimento é homenagear um nome incontornável da história política contemporânea, um símbolo da democracia, cujo legado continua a inspirar a promoção da paz, dos valores da liberdade, dos direitos humanos e da justiça social sempre defendidos por este. Soares moveu multidões, as suas imagens na chegada a Lisboa, os comícios em campanhas eleitorais ilustram a importância da política e a sua relevância na sociedade Portuguesa e Europeia. O relacionamento com as pessoas, a frontalidade na defesa dos seus ideais e as suas características pessoais, fizeram de Soares um amigo do povo, a sua atuação por vezes politicamente incorreta, sempre foi vista pelo povo como uma mais-valia e como um fator de aproximação política e social. Mário Soares foi um homem livre que lutou pela liberdade em Portugal.

A vida do homem que lutou pela Liberdade, que foi Primeiro-Ministro, Presidente da República, Deputado Europeu, entre muitas outras missões que abraçou, confunde-se com a da construção da nossa Democracia. Mário Soares foi marcante em todos os momentos da afirmação em Portugal de uma sociedade livre e justa, desde a resistência à ditadura e também em todas as fases de consolidação do regime democrático que vivemos atualmente.

Entendemos assim que, celebrar o seu legado para além de atual, é mais do que nunca uma necessidade absoluta para que nunca nos esqueçamos aquele dia que tanto ansiamos plasmado nas palavras de Sophia de Mello Breyner.

*"Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo"*

Jovim, 27 de dezembro de 2024

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim

Vitor Antas



PARTIDO SOCIALISTA

3

Quadriénio 2021-2025

Moção

Multiplicar a Paz

O dia 1 de janeiro, dia de Ano Novo é também a data em que se celebra o **Dia Mundial da Paz**. A celebração deste dia instituída pelo Papa Paulo VI, acontece todos os anos desde 1968, sempre subordinada a um tema. Este ano o Papa Francisco escolheu o tema *“Perdoa-nos as nossas ofensas, concede-nos a Tua paz”*.

Na sua reflexão o Papa Francisco aborda diversos fatores extremamente atuais e que tem contribuído para criar, alimentar e incrementar os diversos conflitos existentes no planeta, alguns bem perto de nós, nomeadamente desigualdades de todos os tipos, tratamento desumano aos migrantes, degradação ambiental, confusão gerada intencionalmente pela desinformação, rejeição do diálogo e o financiamento da indústria militar.

Responsavelmente não podemos ficar indiferentes ao sofrimento e à destruição associada a todo este tipo de conflitos e guerras. O sofrimento e a perda de vidas são a face visível da guerra e a razão pela qual devem ser evitadas.

É essencial defender a Paz!

A Paz é garantia de Justiça, Igualdade, Liberdade e respeito pelos Direitos Humanos. Em Paz conseguimos criar condições físicas, sociais, económicas, políticas, culturais e ecológicas que permitam um desenvolvimento em harmonia dos Cidadãos.

Sem conflitos, as nações podem se concentrar no progresso social, na educação e na cooperação para enfrentar desafios globais.

Em conclusão, o caminho para a Paz também é da Nossa Responsabilidade, voltando às palavras do Papa na sua reflexão para o Dia Mundial da Paz *“desarmar o coração é um gesto que compromete todos. E, muitas vezes, é suficiente algo simples, como um sorriso, ou um gesto de amizade, uma escuta sincera”*

Convidamos todos os presentes a refletirem nestas palavras, com votos de um Bom Ano 2025.

Jovim, 27 de dezembro de 2024

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim



Moção

Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres

O Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, é assinalado anualmente a **25 de novembro**. Esta data foi instituída pela Resolução 52/134 da ONU.

Na sua génese está a necessidade de alertar para a violência física, psicológica, sexual e social que atinge as mulheres.

A violência contra as raparigas e as mulheres continua a ser uma das violações dos direitos humanos mais frequentes e generalizadas no mundo. A nível mundial quase uma em cada três mulheres foi vítima de violência física e/ou sexual cometida por um parceiro íntimo, de violência sexual sem parceiro, ou de ambas, pelo menos uma vez na vida (ONU).

Para pelo menos 51 100 mulheres em 2023, o ciclo de violência de género terminou com um último e brutal ato – O seu homicídio por parceiros e familiares. Isto significa que uma mulher foi morta a cada 10 minutos (ONU)

No nosso país, segundo os dados divulgados pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - CIG no 3º trimestre do ano registaram-se 8 415 ocorrências participadas às forças de segurança, contra 7 738 registadas no 2º trimestre.

Por sua vez, o Observatório das Mulheres Assassinadas (OMA) da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) contabilizou 25 mulheres assassinadas em Portugal, entre o início do ano e 15 de novembro, das quais 20 feticídios, segundo dados preliminares.

Perante estes números que nos preocupam e nos devem fazer refletir o grupo parlamentar do Partido Socialista propõe:

- *Fomentar e participar em atividades que permitam alertar a comunidade para a uma maior consciencialização da importância da prevenção da violência sobre as mulheres, com particular atenção para a violência doméstica;*
- *Promover ações de formação e sensibilização sobre este tema dirigido à comunidade;*
- *Repudiar todo o tipo de violência exercida sobre as mulheres.*

Jovim, 27 de dezembro de 2024

Os Deputados do grupo parlamentar do PS da Assembleia de Freguesia da UF de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim

Raquel Rêgo

P.A.O.D.

MOÇÃO
7

Quinto Centenário do nascimento de Luís de Camões

Há 500 anos nasceu o grande poeta português e universal Luís de Camões e dele nasceriam os seus admiráveis versos, a sua obra épica e lírica, as suas cartas e o seu teatro.

Um poeta que fez reflectir na sua obra um mundo em mudança e com profundas contradições numa história em que foi espectador, mas, também, e desde muito jovem, um activo participante, vivendo muitos dos acontecimentos da época, nomeadamente a viagem marítima para a Índia sobre a qual escreveu os mais belos poemas da Literatura Portuguesa registados nessa grande epopeia que é “Os Lusíadas”.

Uma obra em tempos referida por Álvaro Cunhal como sendo “a voz do nosso povo, dos lusíadas, a voz da insubmissão ante os privilégios, a voz do progresso social e científico, a voz da nação portuguesa, num elevado sentido humanista”.

O percurso deste grande poeta que transporta consigo uma história que conta outras histórias pessoais e colectivas e que coloca o povo como sujeito da história deste País em pleno século XVI, num tempo em que Portugal se regia por uma estrutura social medieval onde as classes dominantes assentam o seu poder nos privilégios de sangue e no controlo da propriedade fundiária e respectivas rendas, numa sociedade marcada por profundas desigualdades e injustiças sociais, com o povo enfrentando enormes dificuldades em contraste com a opulência das classes privilegiadas, é um percurso que tem de ser lembrado realçando-se a sua genialidade na forma como soube captar as contradições e as mudanças do seu tempo; na forma como exaltou a grandeza das conquistas portuguesas, a ousadia dos portugueses que se lançaram mais longe “do que prometia a força humana” (nas suas palavras); e na forma como intentou a Humanidade a aspirar às mais altas realizações, não deixando de, ao mesmo tempo, expressar a consciência crítica sobre a condição humana e a fragilidade da vida, assim como as contradições e as mudanças sociais, mentais e ideológicas do seu tempo.

E fez tudo isto reinventado uma estética literária, como o têm afirmado estudiosos da sua obra, e desenvolvendo a língua portuguesa dotando-a de uma identidade própria capaz de dialogar com as complexidades do mundo.

A obra de Camões dá expressão aos ventos de mudança que sopram contra a opressão e o obscurantismo, tendo sido, por isso mesmo, um autor desvalorizado, esquecido ou marginalizado pelos poderes dominantes de diversas épocas ou, pior ainda, instrumentalizado para controlo ideológico, para propagandear o nacionalismo fascista e a sua concepção colonialista como aconteceu já no século XX durante o período

fascista, quando o regime salazarista transformou o Dia de Camões que há muito se comemorava, no Dia da Raça. Felizmente que a democracia conseguiu reverter a situação elevando Camões ao seu verdadeiro lugar.

A exaltação do povo e da pátria, a defesa da identidade nacional num mundo de paz, progresso social e cooperação, o sentido que Camões dá à Língua Portuguesa, um contributo que sublinha a cultura como valor ao serviço do povo, como factor de identidade nacional, a que Camões deu um impulso universal, fazem dele a maior figura literária da Língua Portuguesa de todos os tempos e genial património da Humanidade.

Por estas razões a CDU propõe a esta Assembleia de Freguesia que:

1. Aprove um voto de reconhecimento pela vida e obra de Luís de Camões como figura ímpar da literatura e cultura portuguesas;
2. Se alie às iniciativas das Comemorações dos 500 anos de Camões que tenham lugar no Concelho de Gondomar e no Distrito do Porto;
3. Proponha ao Executivo a oferta de um exemplar d' "Os Lusíadas" a todas as bibliotecas escolares da nossa União de Freguesias realizando para o efeito uma simbólica cerimónia de homenagem ao poeta em cada uma dessas bibliotecas escolares;
4. Solicite ao Executivo a publicação desta Moção em todos os jornais concelhios.

Gondomar, Assembleia de Freguesia da UFGVJ, em 27 de dezembro de 2024

Os eleitos da CDU

P.A.O.D.

Intervenção

O Serviço Nacional de Saúde está a ser severamente atacado por quem o devia proteger: O governo. Com o argumento de que os serviços de urgência se encontram em ruptura pelo excesso de acesso de doentes, os sucessivos governos têm desenvolvido políticas que outra coisa não pretendem do que entregar o direito à saúde aos grandes grupos privados. O País está a ser levado para caminhos que retirarão aos portugueses um direito universal consagrado na Constituição da República Portuguesa: o direito do acesso à saúde para todos, implementado através do SNS.

Não é por acaso que por esse país fora crescem hospitais e clínicas privadas para o negócio da saúde. Os seus donos têm as costas quentes e os ventos correm-lhes a favor. E sabem que quando alguma coisa corre mal nos serviços que prestam, como há já vários exemplos, existem os hospitais públicos para assumir as responsabilidades e resolver os problemas causados pelos privados. Estes ficam com o lucro e o estado com o prejuízo. As sucessivas políticas desenvolvidas nas últimas décadas tudo fizeram para agradar aos amigos e transformar a saúde num negócio, abrangendo todos os serviços e áreas da saúde dos portugueses, como é o caso mais recente da limitação do acesso das mulheres grávidas aos hospitais públicos decidido por este governo de aliança entre o PSD e o CDS.

O PCP considera inaceitável esta decisão concretizada sem preparação com uma Portaria publicada numa sexta-feira para entrar em vigor na segunda-feira seguinte.

Ao contrário do que diz o Governo na referida Portaria, não é o acesso das grávidas às urgências que provoca a ruptura das equipas, mas sim a continuada diminuição de profissionais especialistas nesta área, devido à degradação das suas condições de remuneração e de trabalho. Da mesma forma, o que provoca um maior afluxo às urgências, não é a ausência de controlo limitativo de acesso, mas sim a carência nos cuidados de saúde primários, seja em médicos e enfermeiros de família, seja em atendimentos permanentes ou alargados.

A medida agora tomada que, por enquanto, atinge particularmente a região de Lisboa e Vale do Tejo, com graves carências na resposta às grávidas, há-de chegar a todo o país e à nossa região em concreto, se não lhe fizermos uma oposição firme. Uma medida que nem sequer garante que a triagem telefónica seja sempre feita por um especialista em obstetrícia e que avançou sem que estejam asseguradas as consultas abertas em obstetrícia/ginecologia nos hospitais abrangidos, que a própria Portaria define como necessárias.

A existência de uma linha telefónica de apoio à triagem pode ser um instrumento útil no contacto com as utentes; o que não pode é ser transformada num obstáculo restritivo do acesso aos serviços hospitalares, o que é, de resto, ilegal. São já várias as notícias que

comprovam dificuldades no atendimento telefónico diminuindo de forma drástica a segurança das mulheres grávidas, empurrando as que tiverem condições financeiras para o sector privado e deixando as restantes, que são a maioria, desprotegidas.

É significativo que o mesmo Governo que não tem qualquer medida para melhorar as condições profissionais dos médicos e outros profissionais de saúde, em particular especialistas em saúde materna e ginecologia/obstetrícia, mas também nos cuidados de saúde primários, queira esconder o problema limitando o acesso das grávidas.

O PCP reafirma que só com a melhoria das condições dos profissionais de saúde se pode resolver a questão do acesso aos cuidados e que o Governo não tem qualquer intenção de avançar nesse sentido. Exige-se por isso a melhoria das remunerações e das carreiras dos profissionais de saúde para garantir uma melhor resposta nos cuidados de saúde primários e hospitalares, incluindo a opção por um regime de dedicação exclusiva. Só assim garantiremos um Serviço Nacional de Saúde mais atractivo, capaz de reter os seus actuais profissionais, atrair os recém formados e recuperar muitos dos que entretanto saíram para o sector privado.

Só desta forma encontraremos o caminho para o reforço e engrandecimento do nosso SNS. Um SNS que deve dar resposta a todos os portugueses, independentemente das suas condições económicas e sociais. Um SNS que deve dar resposta a todos os que escolhem o nosso país para cá viverem e trabalharem e não só aos estrangeiros endinheirados que numa lógica de turismo de saúde vêm engrossar o negócio. Um SNS que deve dar resposta aos imigrantes que vivem e trabalham cá independentemente de ainda não terem a sua situação regularizada. É desumano recusar cuidados de saúde a qualquer ser humano e, se for necessário, saibamos pôr-nos na situação de cada um desses seres humanos, nomeadamente os portugueses que vivem por esse mundo fora à procura de melhores condições de vida, e imaginá-los nas terras onde vivem sem acesso a cuidados de saúde.

Os direitos humanos são inalienáveis. O direito à saúde é um deles e deve ser assegurado a todos os seres humanos.

Usar esse direito como causa dos problemas existentes no Serviço Nacional de Saúde, como o fazem os reaccionários e retrógrados deste país que instrumentalizam a saúde para prosseguir o seu discurso de ódio contra os emigrantes, é vergonhoso e desumano.

Segundo o relatório da Inspeção Geral das Actividades em Saúde, em 2023 recorreram ao SNS 43.264 estrangeiros não residentes, e estima-se que nesse ano tenham sido atendidos 6 milhões de episódios de urgência. O atendimento de estrangeiros não residentes corresponde a 0,7% do número total de episódios de urgência.

Afirmar que são estes 0,7% de episódios que levam à ruptura dos serviços de urgência, é querer prosseguir com as políticas que levaram à carência de profissionais de saúde e ao desinvestimento sucessivo nesta área tão necessária à qualidade de vida dos portugueses e ao desenvolvimento do nosso país.

Do PCP, contarão com uma firme oposição a estas políticas de aniquilamento de SNS e com uma firme intervenção pela igualdade, pela garantia dos direitos, pelo reforço do SNS e em defesa da saúde das populações.

Valbom, Assembleia de Freguesia em 27 de dezembro de 2024

Os eleitos da CDU,

Declaração de Voto

Ponto 3. – Apresentação, Discussão e Votação das Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2025

O mandato deste executivo vai entrar no seu último ano e, apesar das intervenções, alertas e sugestões da Assembleia de Freguesia aquando da discussão destes documentos apresentados em anos anteriores, as Opções do Plano e Orçamento propostos para o ano de 2025 revelam o prosseguimento das opções do Executivo numa gestão corrente e diária em detrimento de uma política de investimento e, consequentemente, de desenvolvimento das três freguesias que gere e da qualidade de vida das suas populações.

Nas actividades expostas nas Opções do Plano e Orçamento para 2025 continua a existir um conjunto considerável de propostas que se vão mantendo ao longo dos anos sem qualquer concretização observada pelas populações ou informação visível nos relatórios de actividade trimestrais apresentados pelo Presidente a esta Assembleia. Para além disto, continua a aparecer como competência da Junta de Freguesia a “Gestão e manutenção corrente de feiras e mercados”, quando, na realidade, a Junta limita-se à limpeza desses espaços, a mando da Autarquia Municipal que negou a competência da gestão à Junta, impedindo-a da receita que esta gestão poderia gerar para a Freguesia. Esta receita que ^{deveria ser da Junta} poderia vir e o aumento dos valores que acompanham a delegação de competências fariam diminuir substancialmente o peso das despesas com pessoal que em muito ultrapassam os limites apontados para uma gestão equilibrada.

Apesar do valor considerável do orçamento (cerca de 2 700 mil euros), as Grandes Opções do Plano e do Orçamento continuam a prever uma verba irrisória de 81 mil euros (cerca de 3% do Orçamento) para investimento, reduzindo-se o mesmo à instalação de serviços que não são explicados, a construções diversas em arruamentos e cemitérios, à compra de equipamento informático e à compra de equipamento básico por especificar no valor de 7 mil euros. O que continua a subir é a aquisição de serviços que totaliza a previsão de cerca de 388 mil euros (mais 34 mil euros do que em 2024) o que se torna de difícil compreensão tendo em conta que a Junta tem cada vez mais trabalhadores ao serviço, devendo este aumento de trabalhadores diminuir a despesa com a compra de serviços ao exterior. Se a este aumento de pessoal não corresponde o aumento do investimento e a diminuição da aquisição de serviços, como se verifica, então alguma coisa continua mal no planeamento da acção deste Executivo.

Ao longo deste mandato a CDU tem chamado a atenção para estes “desacertos” que impedem a implementação de medidas bem planeadas e eficazes para a melhoria da qualidade de vida das populações desta União. Infelizmente, o PS continuou a insistir nesta forma de gestão em que se limitam a preencher as rubricas do orçamento com os valores necessários à soma total sem objectivos definidos e concertados com as necessidades das

populações. Por isso, os resultados são poucas obras e muitas delas mal feitas com gastos de dinheiro superiores aos necessários, obras que esperam meses para serem resolvidas, muitas ruas que raramente são limpas, equipamentos urbanos que demoram a ser arranjados, queixas constantes da população que continua, ano após ano, à espera de um desenvolvimento que nunca mais chega e de uma vida saudável, em comunidade, constantemente adiada.

A CDU lamenta que este Executivo não ouça os anseios das populações e não use todos os seus recursos para dar resposta aos problemas que lhe compete resolver. Nas suas intervenções nesta Assembleia, a CDU tem colaborado com este executivo no levantamento dos problemas existentes nesta União, sugerindo soluções e prioridades, mas muitíssimas das questões aqui trazidas por nós são desvalorizadas por um PS que não consegue fazer sozinho, mas nega a ajuda que lhe é proposta.

As opções do Plano e o Orçamento para 2025 não se revelam capazes de colmatar os erros que têm sido cometidos e avançar num desenvolvimento estruturado e devidamente planeado para as três freguesias.

Por estas razões, a CDU vota CONTRA as opções do Plano e Orçamento para 2025.

Valbom, Assembleia de Freguesia da UFGVJ, em 27 de dezembro de 2024

Os eleitos da CDU,



Declaração de voto

Ponto 3 – “Apresentação, Discussão e Votação das Opções do Plano e do Orçamento para o ano 2025”

Ao longo de todo o mandato, a Iniciativa Liberal tem vindo, com a sua postura colaborante, a apresentar propostas para este que é um documento essencial, uma vez que espelha a estratégia do Executivo para o ano seguinte, de forma a torná-lo um pouco mais adequado às necessidades dos fregueses.

É evidente que, ano após ano, os orçamentos apresentados não são aqueles que a Iniciativa Liberal apresentaria. Mas é difícil ver que este Executivo se prepara para entrar no último ano do seu mandato sem qualquer estratégia, com um orçamento que é “mais do mesmo”.

Trata-se de um documento que, no que diz respeito às opções do plano, não apresenta qualquer opção, mas sim uma lista de intenções, muitas destas dependentes da boa vontade do Estado central ou, na sua maioria, do Executivo Municipal. Se isto já tornaria estas “opções” muito pouco exequíveis, quando verificamos que, do ponto de vista financeiro, a União está cada vez mais dependente destes organismos, questionamo-nos se existirá algum poder reivindicativo para corresponder a um décimo que seja destas alegadas opções.

Quanto ao Orçamento, continuamos a ver um aumento nas despesas correntes, aumento esse de mais de 200 mil euros, quase todo para despesas com pessoal, que valem mais de dois terços de todo o orçamento da União. Trata-se de um peso enorme que este Executivo deixa a quem se seguirá, agora que estamos a menos de um ano das Eleições Autárquicas. Isto porque deixa uma margem de manobra muito curta para quem quiser fazer diferente.

O aumento que se verifica no investimento é de saudar, mas peca por muito escasso, além de que, uma vez que só vislumbramos tal aumento neste que é o último ano do mandato, leva a que, naturalmente, duvidemos se essa seria a opção natural do Executivo ou se as contingências eleitorais assim o exigem.



Em suma, trata-se de um documento que espelha o marasmo que o Partido Socialista nos tem habituado ao longo dos anos em que se mantém no poder e que a Iniciativa Liberal quer, juntamente com os fregueses desta União, ver por terminado.

A paciência esgotou-se. É tempo de olhar para o futuro com ambição!

Por estas razões, a Iniciativa Liberal vota **CONTRA** este documento.

O Deputado à Assembleia da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim da

Iniciativa Liberal,

Carlos Eduardo Costa



Declaração de voto

Ponto 4 – “Apresentação, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal para 2025”

A Iniciativa Liberal tem demonstrado, ao longo deste mandato, a sua opinião no que diz respeito à contratação de mais pessoal para os quadros desta União de Freguesias, tendo alertado para essa situação em particular desde a aceitação da transferência de competência da limpeza urbana. A opção tomada pelo Executivo do Partido Socialista irá colocar em causa a saúde financeira da União a médio prazo.

Contudo, não nos podemos esquecer que, aqui, não estamos a falar apenas de opções políticas, mas sim do trabalho de inúmeras pessoas, sendo este o seu “ganha-pão”. Essa tem sido a nossa postura habitual, que se verificaria novamente neste que é o último ano de mandato.

Sucedem que, com o Orçamento para 2025 a ser reprovado por esta Assembleia, o que deixará o Executivo a governar com o Orçamento de 2024 em duodécimos, torna-se impraticável, do ponto de vista financeiro/orçamental, a aplicação deste novo mapa de pessoal.

É, portanto, nesse sentido que a Iniciativa Liberal vota **CONTRA** este ponto.

O Deputado à Assembleia da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim da
Iniciativa Liberal,

Carlos Eduardo Costa



Declaração de voto

Ponto 5 – “Apresentação, Discussão e Votação da 2ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão Orçamental)”

A Iniciativa Liberal, ao longo do último ano, tem defendido que este nunca seria o seu Orçamento, uma vez que se trata de um Orçamento de prioridades trocadas e que colocará a saúde financeira da autarquia em risco no médio-longo prazo face ao constante aumento nas despesas correntes e à baixa alocação para investimento.

Ainda assim, e sendo esta a segunda alteração a um documento já aprovado, alteração essa que vem, precisamente, reforçar o investimento, iremos manter a nossa coerência com o sentido de voto de há um ano. Não obstante, queremos ressaltar o seguinte: o investimento deve ser prioridade e não a rubrica que só se aumenta quando sobra verba ou quando nos aproximamos de um ano complexo como é 2025.

Nesse sentido, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** neste ponto.

O Deputado à Assembleia da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim da

Iniciativa Liberal,

Carlos Eduardo Costa